



QUESTÃO LOCACIONAL E TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DE SUA VALIDADE NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO

Flaviane Ramos dos Santos

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente,
Brasil

E-mail: flavianeramos2@gmail.com

Resumo

O interesse pelo estudo dos modelos locacionais e a discussão de sua relevância para compreensão e análise da problemática da localização das atividades econômicas coloca-se como fundamental para entendimento do processo pelo qual os investimentos são direcionados no espaço geográfico e quais os fatores condicionantes dessa decisão. Tendo em vista as limitações que apresentam, estes modelos devem ser analisados a partir de uma perspectiva crítica. Deste modo, o presente artigo teve como objetivo analisar e questionar a capacidade e a validade dos modelos locacionais na análise da realidade da distribuição espacial das empresas no período contemporâneo, ou seja, até que ponto esses modelos servem para explicar a realidade em geral e, mais especificamente, do comércio varejista diante do progresso técnico e científico, bem como do fortalecimento das relações e maior fluidez entre as cidades e quais os novos fatores locacionais que se colocam hoje como fundamentais. Para tanto, consideramos importante situar os modelos locacionais no respectivo contexto histórico e geográfico em que foram pensados e elaborados, tendo em vista que suas influências sobre o raciocínio dos autores são, de certa forma, bastante significativas.

Palavras-chave: Geografia; Enfoque locacional; Teorias de localização; Teoria das Localidades Centrais.

LOCATIONAL QUESTION AND LOCALIZATION THEORIES: CONTEXTUALIZATION AND ANALYSIS OF ITS VALIDITY IN THE CONTEMPORARY PERIOD

Abstract

The interest in the study of locational models and the discussion of its relevance for understanding and analyzing the problem of locating economic activities is fundamental for understanding the process by which investments are Geographic space and the factors that are conditional on this decision. In view of the limitations they present, these models should be analyzed from a critical perspective. Thus, this article aimed to analyze and question the capacity and validity of the locational models in the analysis of the reality of the spatial distribution of companies in the contemporary period, that is, to what extent these models serve to explain the reality in general and, more specifically, the retail trade in the face of technical and scientific progress, as well as the strengthening of relations and greater fluidity between cities and what new locational factors that arise today as Fundamental. Therefore, we consider it important to situate the locational models in the respective historical and geographic context in which they were thought and elaborated, considering that their influences on the authors reasoning are, in a certain way, quite significant.

Key words: Geography; Location issue; Theories of location; Theory of the Central Localities.

CUESTIÓN LOCACIONAL Y TEORÍAS DE LOCALIZACIÓN: CONTEXTUALIZACIÓN Y ANALISIS DE SU VALIDAD EN EL PERIODO CONTEMPORÁNEO

Resumen

El interés por el estudio de los modelos locacionales y la discusión de su relevancia para comprensión y análisis de la problemática de la localización de las actividades económicas colocase como fundamental para entendimiento del proceso por lo cual los investimentos son direccionados en el espacio geográfico y cuales los factores condicionantes de esa decisión. Teniendo en vista las limitaciones que presentan, estos modelos deben ser analizados a partir de una perspectiva crítica. De este modo, el presente artículo tuvo como objetivo analizar y cuestionar la capacidad y la validez de los modelos locacionales en el análisis de la realidad de la distribución espacial de las empresas en el periodo contemporáneo, o sea, hasta que punto esos modelos sirven para explicar la realidad en general y, más específicamente, del comercio minorista delante del progreso técnico y científico, así como del fortalecimiento de las relaciones y mayor fluidez entre las ciudades y cuales los nuevos factores que se colocan hoy como fundamentales. Para tanto, consideramos importante situar los modelos de localización en el respectivo contexto histórico y geográfico en que fueron pensados y elaborados, teniendo en cuenta que sus influencias sobre el raciocinio de los autores son, de cierta manera, bastante significativas.

Palabras-clave: Geografía; Enfoque locacional; Teorías de localización; Teoría de las localidades centrales.

Introdução

As ciências são construções humanas sujeitas às determinações da época e da sociedade que as produz. Nesse sentido, consideramos que discutir os diferentes contextos que engendraram a produção científica é importante para melhor compreendê-la, dando especial destaque para a forma como os estudos locacionais foram pensados e desenvolvidos no âmbito da Geografia. A preocupação com a formulação de teorias capazes de responder aos grandes desafios impulsionou os geógrafos a construir modelos normativos e a usá-los na análise locacional das atividades econômicas.

O modelo, enquanto representação idealizada do mundo real, tornou-se um instrumento bastante utilizado na análise da organização espacial, permitindo melhor compreensão da realidade. Sua construção avançou por dois caminhos distintos. O primeiro, é aquele em que o problema começava com postulados muito simples e gradualmente uma maior complexidade era introduzida, aproximando o modelo cada vez mais da realidade, enquanto que o segundo consistia em resumir a realidade mediante uma série de generalizações simplificadoras.

Haggett (1976) questiona os motivos que levaram a utilização dos modelos nas análises em Geografia Humana, tendo em vista que, no caso de alguns, eles são mais fáceis de refutar do que de confirmar. Assim, o autor destaca, primeiro, que a construção de

modelos foi inevitável porque não existe uma linha divisória entre fatos e crenças. Segundo que a construção de modelos é econômica, porque permite transmitir uma informação generalizada de uma forma muito simplificada. E, por último, a construção de modelos era estimulante, porque suas generalizações põem em relevo alguns elementos que necessitam de aperfeiçoamentos e, com isso, conduzem a posteriores modificações. Em síntese, o papel dos modelos na Geografia consiste em sintetizar o que já ocorreu e em orientar ações que incidirão sobre a realidade.

A distribuição do comércio varejista apresenta certas regularidades relacionadas ao papel econômico que determinadas localidades desempenham. Nesse sentido, os estudos com enfoque locacional procuram desvendar quais os motivos que levam as empresas a se organizarem e se distribuírem espacialmente de tal maneira e não de outra. Para tanto, consideramos importante a retomada das teorias clássicas sobre localização das atividades econômicas, de modo a entender sua validade e suas limitações e, a partir daí, avançar com novas perspectivas teóricas sobre os fatores locacionais que assumem um papel fundamental na determinação do local de instalação das empresas varejistas atualmente.

O interesse pelo estudo dos modelos locacionais e a discussão de sua relevância para compreensão e análise da problemática da localização das atividades econômicas coloca-se como fundamental para entendimento do processo pelo qual os investimentos são direcionados no espaço geográfico e quais os fatores condicionantes dessa decisão. Tendo em vista as limitações que apresentam, estes modelos devem ser analisados a partir de uma perspectiva crítica, sendo que algumas se dirigem às suposições feitas na sua construção, tais como o postulado da racionalidade dos agentes econômicos e o princípio da maximização de lucros. Outras referem-se aos fatores locacionais considerados pelos modelos que, basicamente, são os custos de transporte, de mão de obra e dos insumos. Outros ainda são direcionados à suposição do espaço como sendo homogêneo e, por último, a não consideração das estruturas de mercado não concorrenciais.

Neste trabalho, questionamos a capacidade e a validade dos modelos locacionais na análise da realidade da distribuição espacial das empresas no período contemporâneo, ou seja, até que ponto esses modelos servem para explicar a realidade em geral e, mais especificamente, do comércio varejista? Diante do progresso técnico e científico, bem como do fortalecimento das relações e maior fluidez entre as cidades, quais os novos fatores locacionais que se colocam hoje como fundamentais?

De início, consideramos importante situar os modelos locacionais no respectivo contexto histórico e geográfico em que foram pensados e elaborados, tendo em vista que suas influências sobre o raciocínio dos autores são, de certa forma, bastante significativas. Assim, no primeiro tópico, a fim de esclarecer e caracterizar as perspectivas atuantes nos estudos geográficos, procuramos destacar, de maneira sucinta, alguns dos aspectos e características predominantes nas diferentes correntes do pensamento geográfico, sua relação com o contexto histórico e com a periodização realizada por Corrêa (1986) no que tange à emergência dos estudos locacionais na Geografia.

Em seguida, dando especial destaque para a Teoria das Localidades Centrais desenvolvida por Walter Christaller, apresentamos os pressupostos e fatores locacionais das abordagens clássicas que ainda são válidos no período contemporâneo e aqueles que já não são. Nesse caso, questionamos os motivos que levaram à superação desses fatores e quais as transformações no espaço geográfico e na sociedade, relacionadas ao progresso técnico, científico e informacional, que contribuíram para que isso ocorresse.

A emergência da questão locacional na geografia

A preocupação com a questão locacional começou a ser pensada de modo sistemático somente com a emergência e desenvolvimento do modo capitalista de produção (CORRÊA, 1986), entre a segunda metade do século XVI e início do século XVII, na Inglaterra. Com a Revolução Industrial no final do século XVIII, o capitalismo alcançou um estágio mais avançado, tendo em vista que, a partir desse momento, o capital acumulado no comércio podia ser reproduzido e ampliado através do investimento na produção (compra de matéria-prima, ferramentas, máquinas e força de trabalho) e na apropriação de parte da riqueza produzida pelo trabalhador e não remunerada a ele – a mais valia (DOBB, 1980). A busca pela acumulação cada vez maior de capital promoveu transformações significativas e até então nunca antes vista como, por exemplo, mudanças no papel e estruturação do espaço interno das cidades e a ampliação da divisão social e territorial do trabalho.

A lógica capitalista de acumulação, caracterizada pela minimização de custos e maximização de lucros, suscitou aumento da escala de produção. Com isso, nessa nova fase, a localização das atividades econômicas e da população passou a ter importância fundamental para os interesses da classe dominante, porque diante dos volumosos investimentos de capital acumulado no comércio em atividades de produção, circulação e

distribuição, o aumento dos lucros poderia ser resultado de ganhos diferenciais relacionados às vantagens locacionais (proximidade com as fontes de energia, matéria-prima, infraestrutura, meios de transporte, reservas de força de trabalho, mercado consumidor, etc.) (CORRÊA, 1986). Em outras palavras, a localização começou a ter enorme significado quando passou a representar um dos elementos que influenciava os custos de produção e os lucros e, portanto, a capacidade de sucesso do empreendimento no capitalismo concorrencial.

Nogueira (199?) apresenta uma periodização que divide o debate teórico sobre a questão locacional em dois períodos distintos. O primeiro corresponde até meados da década de 1970 e se divide em duas abordagens, sendo uma que possui uma perspectiva mais estática e aborda o mercado sob a ótica da concorrência perfeita (situação em que a quantidade e o preço a serem seguidos por todas as empresas seguem o fluxo natural de oferta e procura), considerando que os consumidores se concentram em determinados pontos do espaço geográfico e não se preocupam com a demanda, pois se presume que todos os produtos serão consumidos a preço de mercado. A outra, tem um enfoque mais dinâmico e aborda o mercado sob a ótica da concorrência imperfeita ou monopolística (situação que ocorre quando um pequeno grupo de empresas ou consumidores tem o poder de influenciar os preços dos produtos/serviços por não haver disponibilidade suficiente no mercado para toda a demanda), considerando os consumidores dispersos em áreas de mercado de diversos tamanhos. Os principais expoentes da primeira abordagem são: Johann Heinrich Von Thünen, Alfred Weber e Walter Christaller, enquanto que da segunda, são: August Losch e Walter Isard.

O segundo período, por sua vez, inicia-se em meados da década de 1980 e é marcado, de um lado, pela revolução tecnológica e, por outro, pela ruptura com o modelo Fordista/Taylorista de produção em massa e início de um novo modelo denominado Toyotismo (NOGUEIRA, 199?), caracterizado por uma forma de produção com maior grau de flexibilidade em relação aos produtos, às rotinas produtivas e organização do trabalho. Essa ruptura promoveu alterações na divisão do trabalho e, portanto, implicações locacionais, com destaque para a fragmentação do processo produtivo através da busca por localidades com disponibilidade de recursos humanos qualificados, ambiente mais favorável do ponto de vista dos sindicatos trabalhistas e custos de produção mais baixos. Além disso, a automação flexível e gestão informatizada dos fluxos provocou a desintegração vertical através das firmas especializadas que produzem uma gama restrita de

bens diferenciados (VARGAS, 1992). Isso se tornou possível graças ao progresso técnico que, de certa forma, ampliou a conexão entre lugares e o fluxo de informações, mercadorias e pessoas, além de reduzir os efeitos da distância econômica (aquela medida em função do custo e tempo de deslocamento).

Ao descrever sobre a emergência dos estudos locacionais nas Ciências Humanas de maneira geral e, na Geografia, de maneira mais específica, Corrêa (1986) estabelece uma outra periodização. Segundo o autor, o primeiro período corresponde ao século XVIII até 1870, quando os primeiros a se preocuparem com a questão locacional foram pessoas ligadas aos negócios e legítimos representantes da classe dominante, como o banqueiro Richard Cantillon (1755), o engenheiro de minas Jean Reynaud (1841) e o engenheiro ferroviário Leon Lalanne (1863). Eles forneceram contribuições básicas e anteciparam algumas das proposições teóricas sobre o tema das localidades centrais como, por exemplo, a hierarquia urbana fundamentada nos princípios de sociabilidade, fator econômico e administrativo e a existência de um padrão de distância entre as cidades de mesma importância.

Johann Heinrich Von Thunen (1826)¹, por sua vez, além de ser um grande proprietário de terras na porção norte da Alemanha, também era economista e foi o primeiro a se preocupar de maneira mais sistemática com essa questão, formulando uma teoria na qual propõe o uso mais racional da terra agrícola ao redor de um núcleo urbano através da análise da influência da cidade sobre a formação dos preços dos produtos agrícolas e da influência da distância da cidade sobre a renda dos agricultores (AZZONI, 1982).

Os principais geógrafos desse período, por outro lado, estavam mais preocupados com questões relativas à natureza da Geografia, tal como a relação entre homem e o meio e a diferenciação de áreas, além do avanço na sistematização do conhecimento sobre os processos da natureza e sobre as características dos países e continentes. Humboldt, por exemplo, teve como uma de suas principais contribuições, a investigação das características dos países dos trópicos.

O segundo período descrito por Corrêa (1986), entre 1870 a 1920, é marcado pelo início do imperialismo, prática através da qual nações poderosas procuram ampliar e manter controle e/ou influência sobre nações mais pobres. Também nesse período ocorre

¹ Oliveira (2016) faz uma análise crítica da obra de Von Thunen. Como este artigo não tem como foco se debruçar sobre esta obra de maneira específica, mas sim de apresentar um panorama geral das teorias e modelos locacionais, apenas deixamos aqui a sugestão de leitura caso haja interesse de aprofundamento.

a “elevação” da Geografia ao *status* de ciência acadêmica, que começa a ser ensinada e praticada nas universidades. A relação entre o discurso geográfico e a lógica de dominação capitalista é bastante evidente (SANTOS, 1978). O Militarismo, crescimento dos impérios, exploração econômica e dominação étnico-racial eram justificados pelo discurso geográfico do determinismo, que se baseia na ideia de que o homem é influenciado pelo meio natural em que vive, e contribuiu de maneira significativa na propagação e legitimação de ideias de superioridade racial do homem branco e de sua missão civilizadora (CORRÊA, 1986).

Entre economistas e sociólogos, por outro lado, já havia trabalhos com enfoque locacional com resultados bastante interessantes nesse período. É o caso, por exemplo, do economista alemão Alfred Weber que, em 1909, publicou a sua formulação teórica a respeito da localização das indústrias. Esse, assim como outros trabalhos, influenciaria, mais tarde, os estudos locacionais desenvolvidos no âmbito da Geografia, que é uma ciência que tem passado por uma série de transformações ao longo do tempo, tanto no que se refere à definição do seu objeto de estudo como no modo de analisar e conceber o espaço geográfico.

No terceiro período, de 1920 a 1955, começaram a surgir os primeiros estudos com enfoque locacional na Geografia, dentre os quais, Corrêa (1986) destaca O. Jonasson (1925) que aplicou as ideias thunianas à agricultura europeia e Richard Hartshorne (1927) que, em reação ao determinismo e baseado em Weber, identificou elementos que afetam a decisão locacional. Além disso, o autor destaca também alguns trabalhos relacionados ao planejamento urbano e regional, como de Charles Fawcett (1918) e Robert Dickson (1934), que estudam a área de influência das grandes cidades inglesas e norte-americanas. Porém, a maior contribuição desse período em relação aos estudos locacionais foi, sem dúvida, do geógrafo alemão Walter Christaller (1933), que estudou de que forma as cidades hierarquizam-se entre si em função do alcance espacial máximo e mercado mínimo.

A necessidade de explicações convincentes sobre o porquê da localização das atividades do homem suscita novas explicações fora do âmbito do determinismo e do possibilismo. Assim, de acordo com Eufrásio (1981), a obra de Christaller surgiu no contexto em que tanto o determinismo como o possibilismo já não eram mais capazes de levantar questões pertinentes e, com isso, a Geografia começava a passar por um período de renovação. Sua obra inaugurou um novo período na história da Geografia ao delimitar o objeto de estudo em termos de relações espaciais, de localização e organização do espaço e, com isso propôs novas questões, novos métodos e novos objetivos. Deste modo, não

podemos compreender de que forma a questão locacional emerge na Geografia se não abordarmos, ainda que brevemente, as principais características que essa ciência assumiu em cada uma de suas diferentes correntes e a visão mais abrangente do seu desenvolvimento no decorrer do tempo.

Basicamente, esses três primeiros períodos a que Corrêa (1986) se refere em relação a emergência dos estudos locacionais corresponde à “Geografia Tradicional”, corrente do pensamento geográfico que se estende de 1870, quando a Geografia adquire o *status* de ciência acadêmica e passa a ser praticada e ensinada nas universidades europeias, até meados da década de 1950, quando ocorre a chamada revolução teórico-quantitativa. Por isso, consideramos importante ressaltar algumas de suas características que influenciaram de maneira bastante significativa a formulação teórica de Weber e Christaller, lembrando que a proposição de Thunen é anterior a esta.

A Geografia Tradicional é composta por três escolas: a escola alemã, na qual prevalece o paradigma do determinismo (que serviu como instrumento de dominação ao naturalizar as desigualdades regionais e sociais) ao afirmar que as condições naturais determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir; a escola francesa, que surgiu em reação ao determinismo, é marcada pelo possibilismo que admite a influência do meio sobre o homem, mas afirma que o homem, como ser racional, é um elemento ativo e, portanto, tem condições de modificar o meio natural e adaptá-lo segundo suas necessidades e; a escola norte-americana, que contraria o determinismo e o possibilismo e destaca a diferenciação de áreas como sendo objeto da Geografia, que é vista através da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície terrestre (CHRISTOFOLETTI, 1985).

O espaço não é um conceito-chave nessa corrente do pensamento geográfico, apesar de estudos como de Richard Hartshorne e Friedrich Ratzel abordarem essa questão (CORRÊA, 1995). A concepção de espaço predominante é a do espaço absoluto e do espaço como receptáculo que apenas contém as coisas, isto é, homogêneo em todas as direções, tanto em relação aos fatores físicos, tais como relevo e fertilidade, como em relação a fatores econômicos, tais como custos de transportes e distribuição da população. Portanto, o papel dos agentes econômicos e as desigualdades socioespaciais inerentes à sociedade capitalista estruturada em classes não são considerados, diferentemente do que vem a ocorrer, anos mais tarde, na Geografia Crítica. Nos modelos elaborados por Von

Thunen, Weber, Christaller, Losch e Isard, a concepção de espaço geográfico utilizada por eles é justamente essa, do espaço organizado e não do espaço produzido.

Os conceitos de paisagem, região, gêneros de vida e diferenciação de áreas são o foco dos debates e estudos realizados no âmbito da Geografia Tradicional, que tem como seu principal fundamento o Positivismo, corrente filosófica e metodológica que surgiu na França no início do século XIX². A metodologia básica positivista é a observação dos fenômenos, desconsiderando completamente todo conhecimento que não possa ser comprovado cientificamente.

O Positivismo assume o papel de valorizar o conhecimento racionalizado, que era considerado útil, técnico, objetivo, baseado nos fatos concretos existentes no mundo real e que poderiam ser apreendidos pelo sujeito do conhecimento. Percebe-se, assim, o quanto a filosofia da importância ao que se verifica pela via empírica, a ponto de considerar a **observação e a experimentação os únicos critérios para atestar a veracidade, a única base possível para se atingir o conhecimento de fato**, positivo e verdadeiro (CAMARGO e REIS JR., 2007, p.85 – Grifo nosso).

O Positivismo se baseia em três ideias fundamentais: primeiro, que a sociedade é regida por leis naturais invariáveis; segundo, que as Ciências Humanas devem utilizar o mesmo método consolidado pelas Ciências Naturais e; terceiro, que as Ciências Humanas devem primar pela neutralidade e objetividade, livrando-se de ideologias e do controle das classes dominantes (CAMARGO e REIS JR., 2007).

Conforme destacado por Moraes (1991), suas principais características, são: redução da realidade ao mundo dos sentidos, ou seja, os estudos devem restringir-se aos aspectos visíveis e mensuráveis da realidade através da descrição e classificação dos fenômenos; concepção de que existe um único método de interpretação comum a todas as ciências; e o homem é tido como um mero elemento da paisagem. Um claro exemplo disso é que os estudos dessa vertente se referem à população enquanto número e raramente se aborda a sociedade, visto que o que importa é entender de que forma o homem interage/interfere na natureza. Em outras palavras, preocupa-se mais em analisar a relação entre o homem e a natureza e não tanto a relação entre os próprios homens.

Além disso, os postulados do Positivismo negavam à ciência qualquer possibilidade de investigação das causas dos fenômenos naturais e sociais, tendo em vista

² Segundo Camargo e Reis Jr. (2009), o Positivismo é uma doutrina que se consolida na Europa no século XIX e está estritamente ligada ao contexto social e histórico de sua época: crise do regime monárquico, Revolução Industrial, ascensão da classe burguesa ao poder e desenvolvimento do modo de produção capitalista.

que esse tipo de pesquisa era considerado como sem utilidade, sendo mais válido se voltar para o estudo e descoberta de leis, tal como fez, entre outros, o geógrafo alemão Walter Christaller que se dedicou não apenas a explicar a organização espacial dos núcleos de povoamento e das suas áreas de influência, mas em identificar leis gerais que determinavam os padrões de povoamento que observava na porção sul da Alemanha, classificando as localidades de acordo com as suas funções (BRADFORD e KENT, 1987).

O pós-guerra colocou a necessidade de uma nova forma de aplicação do conhecimento científico e, durante a década de 1950, um conjunto de ideias começaram a se difundir através do surgimento de novas perspectivas de abordagem, trazendo significativas modificações teóricas e metodológicas por meio do emprego de técnicas matemáticas e estatísticas na Geografia, provocando uma verdadeira revolução no seio desta ciência (CHISTOFOLETTI, 1985).

Nessa nova tendência que emergia, a intenção inicial estava em demonstrar claramente sua distância e oposição em relação à Geografia Tradicional, considerada ultrapassada e, sobretudo, uma não-geografia. Conforme Santos (1978), Ian Burton escreveu em 1963 que foi a revolução quantitativa que fez da Geografia uma ciência respeitável, visto que a linguagem matemática é mais precisa, mais geral e dotada de certa capacidade de previsão. Todavia, devemos entender que não houve uma ruptura completa, uma sucessão precisa no tempo, continuando a existir trabalhos de ambas as perspectivas, isto é, do que era visto, então, como “nova” e “velha” Geografia.

Entretanto, a quantificação da Geografia, através do uso excessivo de técnicas estatísticas e matemáticas não somente na coleta e tratamento dos dados, mas também na expressão dos resultados, foi bastante criticada. “As descrições meramente formais, as estatísticas alinhadas pelo simples prazer de manipular números, as classificações com as quais se pretende aprisionar toda a realidade” (SANTOS, 1978) não eram consideradas como único caminho para que a Geografia alcançasse o tão desejado rigor científico. Segundo o autor, os dois grandes equívocos da Geografia Quantitativa foi, primeiro, o de considerar como domínio teórico o que era apenas um método e, além do mais, um método discutível e, segundo, o de desconhecer totalmente a existência do tempo, ou seja, “o espaço que a geografia quantitativa pretende reproduzir não é o espaço das sociedades em movimento e sim a fotografia de alguns de seus momentos” (SANTOS, 1978, p.53).

Ao descrever a relação entre a questão locacional e a Geografia, Fajardo (2010) destaca que até meados da década de 1950, predominava entre os geógrafos a concepção

de localização absoluta e que, somente na chamada “Nova Geografia” ou “Geografia Quantitativa”³, com o objetivo de atender as necessidades capitalistas do pós-guerra, a produção de teorias relacionadas com as características da distribuição espacial dos fenômenos foi estimulada e a localização relativa (posição ocupada por um lugar em relação a outros lugares) começou a ser mais utilizada.

Segundo Corrêa (1986), o período compreendido entre os anos de 1955 a 1970 caracteriza-se pelo apogeu do enfoque locacional na Geografia e que, pelo menos nos Estados Unidos, passa a ser dominante. Esse “despertar” é consequência de duas razões. A primeira é externa à Geografia e está relacionada com a retomada da expansão capitalista pós-guerra na década de 1950 que gerava crescente preocupação com questões de localização, organização do espaço, modernização, desigualdades regionais, etc.

A segunda razão é interna à Geografia e decorrente da grande insatisfação por parte dos geógrafos em relação a perspectiva de abordagem do seu objeto de estudo. Alguns defendiam que a utilização da perspectiva idiográfica, através da descrição e compreensão do fenômeno como acontecimento único e particular deveria ser abandonada em favor da perspectiva nomotética, que salienta a generalização e favorece a aplicação de leis e modelos (CHRISTOFOLETTI, 1985).

Deste modo, após 1950 a questão locacional abrange todo o pensamento geográfico e estudos anteriores desenvolvidos no âmbito de outras ciências, como Economia e Sociologia, são retomados, assim como a incorporação de teorias e conceitos dessas ciências como, por exemplo, a teoria do valor-utilidade, a lei dos retornos decrescentes, economia de aglomeração e o raciocínio hipotético-dedutivo (CORRÊA, 1986).

Além disso, há também a (re) descoberta dos precursores alemães da teoria locacional: Von Thunen, Weber, Christaller e Losch através da tradução de suas obras para o inglês. A partir de então, suas teorias foram aprofundadas e aplicadas em outras realidades como a norte-americana, sendo que os dois autores que merecem destaque pela ampliação e releitura feita em relação à teoria de Christaller e de Losch, foram Brian Berry e Walter Isard, respectivamente. Isso significa que através do contato com teorias de outras

³ A Nova Geografia manifestou-se, sobretudo, através da quantificação, mas também utilizou instrumentos como modelos, teoria dos sistemas e múltiplas formas de valorização do empírico e do ideológico. Para saber mais sobre as características da Nova Geografia, consultar Santos (1978) e Christofoletti (1985). Este último apresenta um quadro geral das transformações ocorridas nessa corrente do pensamento geográfico, assim como faz o confronto com a chamada “velha Geografia” de modo a verificar a logicidade e a validade das novas concepções.

ciências e de outros idiomas que não fossem o inglês, os padrões espaciais de distribuição das atividades passaram a ser estudados de maneira mais significativa na Geografia.

A periodização proposta por Corrêa (1986) que comentamos anteriormente e buscamos relacionar com as correntes do pensamento geográfico está sintetizada no quadro 01. O autor encerra sua periodização na década de 1970, porém, pretendemos dar continuidade e, sinteticamente, acrescentar outros dois períodos: décadas de 1980 a 1990 e de 2000 a 2018. Esta divisão está lastreada em dois aspectos principais, predominantes em cada período: desenvolvimento de novas tecnologias e expansão e popularização da *Internet*. Contudo, antes de falar sobre esses dois novos períodos, cabe ressaltar brevemente algumas características de outra corrente do pensamento geográfico que ganha destaque a partir da década de 1970, tendo em vista que os novos desafios e problemas enfrentados pela sociedade promovem sucessivas transformações no conhecimento científico e no espaço geográfico.

Quadro 01. Periodização dos estudos locacionais de Corrêa (1986)

PERÍODO	RESUMO E PRINCIPAIS AUTORES
Séc. XVII até 1870	- Estudos locacionais realizados por legítimos representantes da classe dominante e não vinculados ao mundo acadêmico, como Richard Cantillon, Jean Reynaud e Leon Lalanne - O economista alemão Von Thunen é o primeiro a tratar sistematicamente sobre a questão locacional.
1870 a 1920	Estudos locacionais foram realizados por economistas e sociólogos, tendo como principal expoente Alfred Weber.
1920 - 1955	A perspectiva locacional, embora ainda não fosse o enfoque predominante na Geografia, gerou importantes trabalhos, como o de Walter Christaller.
1955 -1970	- Apogeu do enfoque locacional na Geografia; - Incorporação de conceitos e teorias de outras ciências humanas e (re) descoberta das obras de Von Thunen, Weber, Christaller e Losch através de sua tradução para o inglês; - Principais autores: August Losch, Walter Isard e Brian Berry.

Fonte: Elaboração própria a partir de CORRÊA (1986).

O enfoque positivista nos estudos das Ciências Sociais, com destaque para a Geografia, predominou notavelmente até meados dos anos de 1970, quando outra vertente do movimento de renovação da Geografia, fundada no Materialismo Histórico e Dialético, começa a ganhar importância. Nessa nova corrente do pensamento geográfico, denominada como Geografia Crítica, destacam-se as críticas feitas em relação às formulações e postulados da Geografia Tradicional e da Geografia Quantitativa e, conseqüentemente, tentativas de distanciamento e ruptura com elas.

Através da incorporação de questões sociais, políticas e econômicas, além de assumir o papel do Estado e de determinados agentes como fundamentais para o entendimento das escolhas locacionais no espaço geográfico, segundo Braga (2008), os estudos sobre localização de atividades econômicas realizados sob o âmbito dessa vertente tinham como principais características a introdução da variável histórica; preocupação de que os estudos de localização industrial devessem balizar políticas de desenvolvimento econômico; consideração dos fatores econômicos como primordiais nas análises espaciais e cuidado para que os modelos não fossem abstratos de empresas individuais com caráter puramente descritivo, mas que também levassem em conta as respostas das empresas em relação ao problema da localização.

Deste modo, se antes predominava a concepção de espaço como receptáculo que apenas continha as coisas e homogêneo em todas as direções, agora, na Geografia Crítica começa a predominar a concepção de espaço enquanto condição e produto da lógica do capital, no qual o papel de um conjunto de agentes econômicos é fundamental para entender de que maneira o espaço geográfico é constantemente (re) estruturado. Para Lefebvre (1976, p.25), o espaço enquanto locus da reprodução das relações sociais de produção “desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema”.

Portanto, a partir da concepção de que o espaço é uma realidade prática que se constitui no decorrer da história da humanidade enquanto “condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2011, p.17), é possível compreender e considerar que as cidades são produzidas historicamente por diferentes agentes que atuam, muitas vezes, de modo contraditório, porque possuem objetivos e poder de atuação que se distinguem em termos de acesso às melhores localizações e de sua efetivação no decorrer do tempo (CORRÊA, 2011).

Feita essa breve apresentação das características dos estudos locacionais na Geografia Crítica, voltamos agora aos dois períodos que acrescentamos em relação à periodização descrita por Corrêa (1986). Entretanto, num primeiro momento, consideramos importante, ainda que brevemente, contextualizar os referidos períodos. De maneira geral, do ponto de vista histórico, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas, nacionalmente, pelo fim do regime militar, promulgação da Constituição Federal, instauração do Plano Cruzado e depois do Plano Real com o objetivo de combater a inflação que assolava o país e, internacionalmente, pela Guerra Fria e pelo conjunto de

inovações no campo da ciência e tecnologia como, por exemplo, a criação dos primeiros computadores pessoais (em substituição aos *mainframes*, computadores de grande porte utilizados desde 1946) e seus respectivos sistemas operacionais, como *Windows* e *Linux*.

Conforme já ressaltamos anteriormente, a justificativa desta divisão em dois períodos deve-se ao desenvolvimento de novas tecnologias e ao fenômeno da *Internet*⁴ enquanto “divisor” desses períodos. Segundo Castells (2003), até a década de 1980, a *Internet* era basicamente utilizada por militares e pesquisadores e, a partir do início da década de 1990, começa a haver um rápido crescimento e utilização no mundo todo, decorrente do desenvolvimento da rede mundial *World Wide Web*, popularmente conhecida como *www*.

A década de 1990 foi, então, marcada pelos avanços tecnológicos por meio de aprimoramentos na capacidade gráfica e de interface, assim como na captação e distribuição de imagens e informações pela *Internet*. Deste modo, até o final da referida década a *Internet* e as novas tecnologias já haviam ultrapassado os limites acadêmicos e militares e começado a ser utilizadas para fins comerciais e pessoais, algo que vem a se intensificar ainda mais nos anos 2000, sendo que hoje, por outro lado, a *Internet* está muito presente no cotidiano da população e se tornou um dos principais meios de comunicação, de entretenimento e de consumo.

Em meados da década de 1990, a *Internet* estava privatizada e dotada de uma arquitetura técnica aberta, que permitia a interconexão de todas as redes de computadores em qualquer lugar do mundo, a *www* podia então funcionar com software adequado e vários navegadores de uso fácil estavam a disposição do público. Embora a *Internet* tivesse começado na mente dos cientistas da computação no início da década de 1960, uma rede de comunicações por computador tivesse sido formada em 1969, e comunidades dispersas de computação reunindo cientistas e hackers tivessem brotado desde o final da década de 1970, para a maioria das pessoas, para os empresários e para a sociedade em geral, foi em 1995 que ela nasceu (CASTELLS, 2003, p.19).

Concomitantemente ao desenvolvimento da tecnologia dos computadores pessoais e seus respectivos sistemas operacionais, temos a definitiva consolidação do uso do geoprocessamento (conjunto de técnicas relacionadas ao tratamento da informação espacial) como ferramenta de apoio à tomada de decisão, tendo saído do meio acadêmico

⁴ Como boa parte das tecnologias, o desenvolvimento da *Internet* também começou para fins militares. Em plena Guerra Fria, os Estados Unidos buscavam uma forma descentralizada de comunicação e armazenamento de dados, que continuasse ativa mesmo que parte dela fosse bombardeada. Assim, em 1969 o Departamento de Defesa dos Estados Unidos criou a Advanced Research Projects Agency (ARPA) com o objetivo de alcançar superioridade tecnológica militar em relação a União Soviética. Para saber mais, consultar Castells (2003).

para alcançar o mercado com grande velocidade, que ocorreu no fim da década de 1990 e início dos anos 2000, quando diversas instituições do governo e grandes empresas começam a investir no uso de *softwares* disponíveis no mercado como o ArcGis da ESRI, Mapinfo Professional, AutoCad Map da Autodesk, Quantum Gis da Open Source Geospatial Foundation (OSGeo), dentre outros.

A utilização de informações espaciais através de *softwares* específicos deu um novo sentido aos estudos locacionais, não somente àqueles realizados no âmbito acadêmico, mas também e principalmente àqueles realizados pelas chamadas empresas de *geomarketing*. Dessa forma, se, no período de 1980 a 1990, encontramos estudos locacionais pontuais sobre alguns ramos varejistas como, por exemplo, supermercados e *shoppings centers*, e alguns estudos mais gerais destacando a importância do varejo ou da indústria para o desenvolvimento regional, no período seguinte, de 2000 a 2018, encontramos um grande número de trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses) nas mais diversas áreas (*Marketing*, Administração, Economia, Geografia, etc.) que se dedicam a estudar as estratégias espaciais de empresas varejistas e indústrias dos mais diversos ramos, sendo que parte significativa deles apresentam produtos cartográficos elaborados com os principais *softwares* de geoprocessamento, tal como Santos (2017; 2018).

É também nesse período mais recente, após os anos 2000, que verificamos que as grandes empresas varejistas tomaram consciência da necessidade de melhorar o relacionamento com seus clientes e passaram a investir em pesquisas de satisfação, estudos de comportamento do consumidor e estratégias de fidelização. Além disso, a adaptação do comércio as transformações que ocorrem na sociedade são cada vez mais necessárias para garantia de lucros, seja através do investimento em *sites* e aplicativos de celulares para compra eletrônica, seja através da especialização ou segmentação de lojas para determinados públicos, etc.

Assim, o período iniciado a partir dos anos 2000, é caracterizado pelos avanços tecnológicos, informatização de grande parcela da sociedade e transformações na economia que resultaram em alterações nas formas de apropriação do espaço destinado as atividades comerciais varejistas e alterações nas práticas espaciais dos cidadãos. Além disso, a preocupação das empresas com estudos de mercado e estudos sobre o comportamento do consumidor se tornam latentes e importante ferramenta de melhoria do relacionamento e, conseqüentemente, de ampliação de lucros.

Portanto, as mudanças que têm ocorrido, nas últimas décadas, através da modernização no modo de produção e nas formas de comercialização e consumo, têm exposto as limitações dos enfoques tradicionais sobre a localização das atividades econômicas e é crescente as dificuldades para explicar o comportamento locacional dos indivíduos e empresários diante de práticas espaciais cada vez mais complexas. Por isso, no próximo tópico, damos enfoque para a Teoria das Localidades Centrais, tendo em vista que dentre as teorias e modelos locacionais, esta é a única que trata do comércio e serviços, objeto de nossa análise em outros trabalhos.

Limitações e validade da teoria das localidades centrais

A contextualização da Teoria das Localidades Centrais de Christaller à luz do século XXI exige-nos reflexão diante do progresso técnico e científico, bem como do fortalecimento das relações entre as cidades. Deste modo, questiona-se a capacidade e a validade desse modelo na análise da distribuição espacial das empresas e das cidades no período contemporâneo, marcado pela melhoria e surgimento de novos sistemas de comunicação e transportes e pela mundialização da economia, que promove complexificação das relações e interações espaciais, que deixam de ser apenas hierárquicas.

Através da ampliação dos níveis de determinação do global sobre o nacional, o regional e o local, decisões tomadas em outras escalas geográficas mais abrangentes interferem nos papéis que as cidades desempenham na divisão territorial e social do trabalho. Além disso, é preciso levar em conta que há uma coabitação de dois padrões de rede urbana: o tradicional do tipo hierárquico e os novos arranjos espaciais do tipo heterárquico, a partir da densificação técnica dos meios de comunicação e transporte, potencializado pelo processo de globalização.

Nesse contexto, alguns autores, dentre os quais destacamos Camagni (1993, 2005) e Catelan (2012, 2013), que passaram a compreender as articulações na rede urbana para além da estruturação hierárquica, através da análise das interações espaciais interescolares. Esse novo padrão de rede urbana, denominado por Catelan (2012) como heterárquico, se sobrepõe e se articula ao padrão anterior (hierárquico), provocando reestruturação das relações entre as cidades. De acordo com Camagni (2005), a tradicional estrutura hierarquizada herdada das formulações de Christaller está progressivamente sendo substituída por uma estrutura mista, caracterizada pela permanência de relações

hierárquicas, mas também pela existência de um conjunto de relações e interações horizontais ou não-hierárquicas. Em outras palavras,

Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações (SANTOS, 1996, p.161).

É importante ressaltar que as mudanças possibilitadas pelos avanços técnicos viabilizaram novas formas de configuração e estruturação das redes urbanas. Entretanto, “o reconhecimento das possibilidades oferecidas pelo avanço técnico para o estabelecimento de novas relações entre indivíduos, empresas, instituições e lugares não significa afirmar que as relações em rede são as únicas formas segundo as quais se realizam as articulações” (SPOSITO, 2017, p.363-364).

Deste modo, as transformações que ocorreram no espaço geográfico e na sociedade, relacionadas ao progresso técnico, científico e informacional (SANTOS, 1996), fizeram com que os papéis das cidades fossem constantemente redefinidos, bem como ampliassem os fluxos que a partir delas e que até elas se desenham, estabelecidos tanto com cidades próximas como também com as distantes. A técnica relativiza o tempo e as distâncias, e a circulação da informação favorece e mesmo condiciona a existência das verticalidades que permitem uma aceleração no desenvolvimento da produção e de novas formas de consumo. Com isso, ocorre também uma maior e mais acelerada conquista de mercados e consequente acumulação de capital pelas grandes empresas.

Para entender como ocorrem no período contemporâneo as escolhas e a definição de estratégias locacionais das empresas do setor varejista é preciso considerar outros elementos que a literatura clássica sobre o tema não considerou ou considerou de maneira parcial. Para tanto, a revisão da bibliografia sobre o tema das teorias de localização foi importante para verificar de que forma diferentes geógrafos e economistas vieram, ao longo do tempo, analisando os fatores locacionais. Isso significa que consideramos importante, em um primeiro momento, entender a validade das teorias clássicas e suas restrições em função do momento em que foram elaboradas e, a partir daí, avançar com novas perspectivas teóricas que venham contribuir para o entendimento do tema.

Por isso, no primeiro tópico empreendemos uma síntese da emergência da questão locacional e das principais teorias locacionais, em que verificamos que os modelos clássicos de localização atribuíam ao custo de transporte um papel fundamental para

compreender a distribuição espacial das atividades econômicas, além de ter como base o comportamento otimizador dos agentes econômicos, seja através da minimização dos custos ou através da maximização dos lucros. Para o caso do comércio varejista, podemos afirmar que, atualmente, ocorreu uma perda relativa da importância dos custos de transporte como fator fundamental para determinação locacional das empresas devido, sobretudo, a melhoria dos sistemas de transporte e comunicação.

No nível da cidade, a concepção de que os consumidores procuram por espaços comerciais que lhes ofereça menor esforço possível em termos de deslocamento também já se encontra parcialmente superado, visto que, com o aumento da mobilidade, decorrente da generalização do uso dos transportes automotivos individuais e melhoria no transporte público, este deixou de ser um fator preponderante no momento de escolha dos locais de consumo e outros fatores assumiram esse papel (SANTOS, 2017). A fidelização e o crédito, por exemplo, hoje tem peso fundamental na escolha do local de consumo, não apenas porque o indivíduo tem preferência por determinada marca ou produto oferecido pela empresa, mas também porque possui o cartão dessa empresa e não de outra. Isso significa que, dependendo do tipo de produto, maiores deslocamentos são realizados em consequência da fidelização e da possibilidade de compras a crédito.

Em relação às hipóteses de Christaller que ainda são válidas nos dias atuais, podemos destacar o princípio de que uma cidade é mais importante do ponto de vista funcional que outra dependendo do grau de sofisticação de seus bens e serviços e do tamanho de sua área de mercado. O reforço da centralidade dos centros de ordem mais elevada ocorre a partir da absorção dos compradores dos centros de ordem mais baixa e, com isso, há um desenvolvimento mais favorável dos primeiros em relação aos demais centros. Segundo Christaller (1981 [1933]), isso acontece porque o mesmo bem central produzido e oferecido por um centro de ordem superior é mais barato do que em um centro de ordem inferior, tendo em vista que a produção em grandes quantidades e o maior montante de vendas permite um custo mais baixo por unidade.

Além disso, quando o indivíduo se desloca para o centro urbano maior para realizar algum tipo de serviço, geralmente, ele aproveita para adquirir algum produto e, com isso, ocorre também o reforço da centralidade e o desenvolvimento do lugar central de ordem mais elevada em detrimento daquele de ordem mais baixa. Em outras palavras, com o mesmo percurso e mesmo custo de transporte, se pode obter mais bens e serviços, o que

significa que seu alcance é mais amplo quando oferecido num lugar central maior do que quando oferecido num lugar central menor.

Lembrando que, de maneira geral, os deslocamentos não são mais realizados somente de maneira hierárquica, é importante ressaltarmos ainda a atuação em rede das grandes empresas varejistas que possibilita a expansão de filiais em diversas cidades, enquanto a gestão permanece centralizada na metrópole, e o papel da *Internet* e do comércio eletrônico no reforço das relações e interações horizontais/heterárquicas entre cidades de diferentes tamanhos. Entretanto, a aceitação das novas tecnologias nem sempre é imediata. Existem resistências de várias ordens, tais como os níveis de educação e idade da população que limitam a aceitação do que é novo.

Deste modo, diante da evolução histórica e do progresso técnico, científico e informacional parece claro que as hipóteses no momento em que apareceram os modelos e das teorias de localização não se aplicam a realidade do período contemporâneo. Se considerarmos a forma original dessas teorias, estaremos nos distanciando muito da realidade que é diversa e mais complexa do que a superfície completamente homogênea que pressupõem os autores. A verdade é que, sobretudo no caso da Teoria das Localidades Centrais que se refere à distribuição do comércio e dos serviços e, por esta razão, dedicamos mais atenção, não existe nenhuma teoria alternativa para explicar a organização dos centros urbanos e ela continua, portanto, sendo válida. Contudo, seus postulados devem ser relativizados e analisados de maneira crítica, sobretudo em relação à concepção de espaço homogêneo, às áreas de mercado como hexagonais perfeitos e ao comportamento otimizador dos agentes econômicos e consumidores.

Tal como aponta Bailly (1978), a noção de lugar central ainda é bastante utilizada no planejamento regional em vários países, visto que uma rede de centros organizados hierarquicamente tende a facilitar a administração e a distribuição de recursos e investimentos do poder público. No caso do Brasil, podemos citar o Sistema Único de Saúde (SUS), onde um centro polarizador urbano estende seu raio de influência sobre um espaço regional tendo como lógica a otimização dos recursos, pois alguns procedimentos são muito específicos, sendo raros e caros, não sendo, portanto, viável que existam em qualquer município ou região.

Portanto, a Teoria das Localidades Centrais entendida em sua formulação original e de modo completo está ultrapassada, porém, conserva seu valor no marco da análise do comércio varejista e da organização espacial dos centros urbanos. Ela nos fornece meios

para compreender a organização das redes urbanas tradicionais, porém, no caso da realidade atual mais complexa, a teoria deixa a desejar. Sua adaptação às novas condições resulta em uma tarefa bastante delicada. Contudo, quanto devidamente situados e relativizados em seus respectivos contextos, os modelos se tornam necessários para enriquecer o entendimento geográfico da sociedade, isto é, fortalecer nossa compreensão sobre as diferentes formas de espacialização da sociedade (CORRÊA, 1989).

Considerações Finais

A preocupação com a escolha da localização que melhor atenda aos interesses das empresas varejistas sempre foi latente, porém a diferença em relação às formulações e aos modelos teóricos sobre a localização de atividades econômicas, no qual destacamos sobretudo Christaller por analisar a distribuição do comércio e serviços, é que esses autores consideravam o custo dos transportes como fator fundamental para determinação da localização ótima, enquanto que no período contemporâneo, por outro lado, podemos identificar outros fatores que se tornaram mais importantes na medida em que esse fator relativamente perde importância devido à unicidade da técnica no espaço geográfico.

Em outras palavras, os avanços tecnológicos no sistema de transporte e comunicação ao provocar uma relativa homogeneização do espaço quanto aos atributos locais, fez aflorar o potencial das estratégias locais como elemento diferenciador que garante a preferência do consumidor e o melhor desempenho econômico de estabelecimento varejista. Por estratégias locais estamos considerando muito mais do que somente a preocupação com a localização, pois incluímos também as estratégias de fidelização e crédito, além da preocupação em monitorar o comportamento do consumidor, que são tendências latentes do varejo atualmente.

As mudanças no comportamento do consumidor e nas características gerais do mercado consumidor ao longo das últimas décadas obriga, de certa forma, o comércio varejista a se adaptar e se reinventar de modo a manter a taxa de lucro. Para mantê-la, inovações devem ser feitas. Não necessariamente sobre o produto em si, mas sobre todo o processo de produção e de vendas. Além disso, nos últimos anos, verificou-se o aumento do poder de escolha dos consumidores resultando em um aumento da preocupação com a escolha local e, conseqüentemente, a tomada de consciência das grandes empresas varejistas da importância de conhecer o perfil e hábitos de seus clientes com o objetivo de cultivar e conquistar a preferência deles.

Deste modo, o que temos de novo no período contemporâneo é que em virtude do acirramento da concorrência, do aumento do poder de consumo e da mobilidade da população e, conseqüentemente, do poder de escolha, a preocupação dos varejistas deixou de ser somente com a localização ótima do ponto de vista da acessibilidade e do fluxo de pessoas. Nesse contexto, repensar as teorias locacionais quanto ao desenvolvimento da atividade comercial é importante tendo em vista que as estratégias locacionais, de certa forma, assumiram o lugar que antes pertencia a localização estratégica, tanto no nível internacional como no nível urbano e intraurbano.

Agradecimentos

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa que permitiu o desenvolvimento da pesquisa que embasou o presente trabalho.

Referências

- AZZONI, C. R. Teoria da localização. Uma análise crítica: a experiência de empresas instaladas no Estado de São Paulo. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1982.
- BAILLY, A. **La organización urbana**: Teorías y modelos. Madrid: Nuevo Urbanismo, 1978.
- BERRY, B. **Geografía de los centros de mercado y distribución al por menor**. Barcelona: Vicens-Vives, 1971 (Original de 1967).
- BRADFORD, M. G.; KENT, W. A. Teoria dos lugares centrais: O modelo de Christaller. In: **Geografia Humana**: Teorias e Aplicações. Lisboa: Gradiva, 1987, p.17-45.
- BRAGA, R. M. Tendências e perspectivas das teorias locacionais no período contemporâneo. In: **Geografares**, nº 6, 2008, p.167-179.
- CAMAGNI, R. **Economía Urbana**. Barcelona: Antônio Bosh, 2005.
- CAMAGNI, R. Organisation économique et réseaux de villes. In: SALLEZ, Allain (Org.) **Les villes, lieux d'Europe**. Paris:Datar, Éditours de l'Aube, 1993, p. 107-128.
- CAMARGO, J. C. G; REIS JR., D. F. C. A filosofia (neo) positivista e a Geografia Quantitativa. In: VITTE, Antônio Carlos. **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.83-99.
- CARLOS, A. F. A. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.) **A produção do espaço urbano**: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTELLS, M. Lições da história da Internet. In: **A galáxia da Internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p.13-33.

- CATELAN, M. J. **Heterarquia urbana e interações espaciais interescalares**: Proposta analítica para estudos na rede urbana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13º, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013.
- CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana**: interações espaciais interescalares e cidades médias. 2012. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.
- CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. Londres: Prentice Hall, 1966 – Tradução de Mario Antônio Eufrásio, 1981.
- CHRISTOFOLETTI, A. As características da Nova Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985, p.71-101.
- CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas dos estudos geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985, p.11-36.
- CORRÊA, R. L. Espaço: Um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.15-47.
- CORRÊA, R. L. O enfoque locacional na Geografia. In: **Terra Livre**, nº1, 1986, p.62-66.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: Um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.) **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- DOBB, M. H. **A evolução do capitalismo**. Tradução de Manuel do Rêgo Braga. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- EUFRÁSIO, M. A. **A estrutura da Teoria dos Lugares Centrais de W. Christaller**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 1981.
- FAJARDO, S. A questão locacional e a Nova Geografia. In: **Ambiência Guarapuava**, v.6, n.1, 2010, p.161 - 168.
- HAGGETT, P. Modelos de estructura locacional. In: **Análisis locacional en la Geografía Humana**. Tradução de J. Obiols. Barcelona: Gustavo Gili, 1976, p.41-43.
- HAGGETT, P. Métodos de análisis locacional. In: **Análisis locacional en la Geografía Humana**. Tradução de J. Obiols. Barcelona: Gustavo Gili, 1976, p.239-241.
- LEFEBVRE, H. **Espacio y Política: El Derecho a la Ciudad II**. Barcelona: Península, 1976.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- NOGUEIRA, J. M. Espaço: as várias acepções. Espaço: o seu (mau) tratamento pela teoria econômica. In: **Espaço e Geografia**. 199?
- SANTOS, F. R. **Rede urbana e cidades médias: estratégias espaciais dos magazines no estado de São Paulo a partir das teorias de localização**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. 15º, 2017, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SPOSITO, M. E. B. Rede urbana. In: SPOSITO, Eliseu Saverio (Org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**, 2017, p. 347-367.

VARGAS, H. C. **Comércio**. Localização estratégica ou estratégia na localização? Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). São Paulo, 1992.

VARGAS, H. C. **Espaço Terciário**: O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Senac, 2001.